

Recursos Minerais, Soberania e Conflitos Armados na República Democrática do Congo: de Jadotville à Geopolítica dos Minerais Críticos

Mineral Resources, Sovereignty and Armed Conflicts in the Democratic Republic of the Congo: from Jadotville to the Geopolitics of Critical Minerals

Luiz Eduardo Panisset Travassos¹ 

Ana Carolina Zappa de Carli Meireles Rabello² 

Rodrigo Corrêa Teixeira³ 

Palavras-chave

Katanga
Cobalto
Mineração Artesanal
Transição Energética
Cadeias Globais de Valor

Resumo

A relação entre abundância mineral e violência territorial é um dos temas centrais da geografia política contemporânea. Este artigo analisa essa relação na República Democrática do Congo, tomando o cerco de Jadotville, ocorrido em setembro de 1961 durante a secessão de Katanga, como ponto de partida histórico e analítico. O objetivo é compreender a permanência da geopolítica mineral congoleza desde a crise de descolonização até as disputas atuais em torno dos minerais críticos. A pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e interpretativo, e articula revisão da literatura sobre economia política dos recursos naturais, análise de relatórios de organismos internacionais e dados secundários da indústria mineral congoleza. Os resultados mostram que a crise de Katanga evidenciou a importância estratégica do cobre, do cobalto e do urânio, bem como o peso dos interesses empresariais estrangeiros na formação do Estado congolês pós-independência. No século XXI, a centralidade do cobalto, do coltan e do cobre recoloca o país no núcleo das cadeias globais associadas à transição energética e à digitalização, sem que isso se traduza em justiça social, soberania econômica ou estabilidade territorial. Verifica-se ainda que grupos armados interferem em parcela expressiva dos sítios de mineração artesanal do leste do país e que mecanismos de rastreabilidade se mostram necessários, porém insuficientes. Conclui-se que os recursos minerais não causam isoladamente os conflitos congolezes, mas financiam, prolongam e internacionalizam a violência, de modo que sua análise exige considerar simultaneamente a colonialidade, a fragilidade institucional, as cadeias globais de valor e a justiça territorial.

Keywords

Katanga
Cobalt
Artisanal Mining
Energy Transition
Global Value Chains

Abstract

The relationship between mineral abundance and territorial violence is a central theme in contemporary political geography. This article examines that relationship in the Democratic Republic of the Congo, taking the siege of Jadotville, which occurred in September 1961 during the Katanga secession, as a historical and analytical starting point. The aim is to understand the persistence of Congolese mineral geopolitics from the decolonisation crisis to current disputes over critical minerals. The research is qualitative, bibliographic, documentary and interpretative, combining a review of the literature on the political economy of natural resources, analysis of reports by international organisations, and secondary data on the Congolese mineral industry. The results show that the Katanga crisis revealed the strategic importance of copper, cobalt and uranium, as well as the weight of foreign corporate interests in the formation of the post-independence Congolese state. In the twenty-first century, the centrality of cobalt, coltan and copper has repositioned the country at the core of global supply chains linked to the energy transition and digitalisation, without this translating into social justice, economic sovereignty or territorial stability. Armed groups are also found to interfere in a substantial share of artisanal mining sites in the east of the country, and traceability mechanisms prove necessary yet insufficient. The article concludes that mineral resources do not cause Congolese conflicts in isolation but finance, prolong and internationalise violence, so that their analysis requires the simultaneous consideration of coloniality, institutional fragility, global value chains and territorial justice.

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil. luizepanisset@gmail.com

²Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil. zappa.zmr@gmail.com

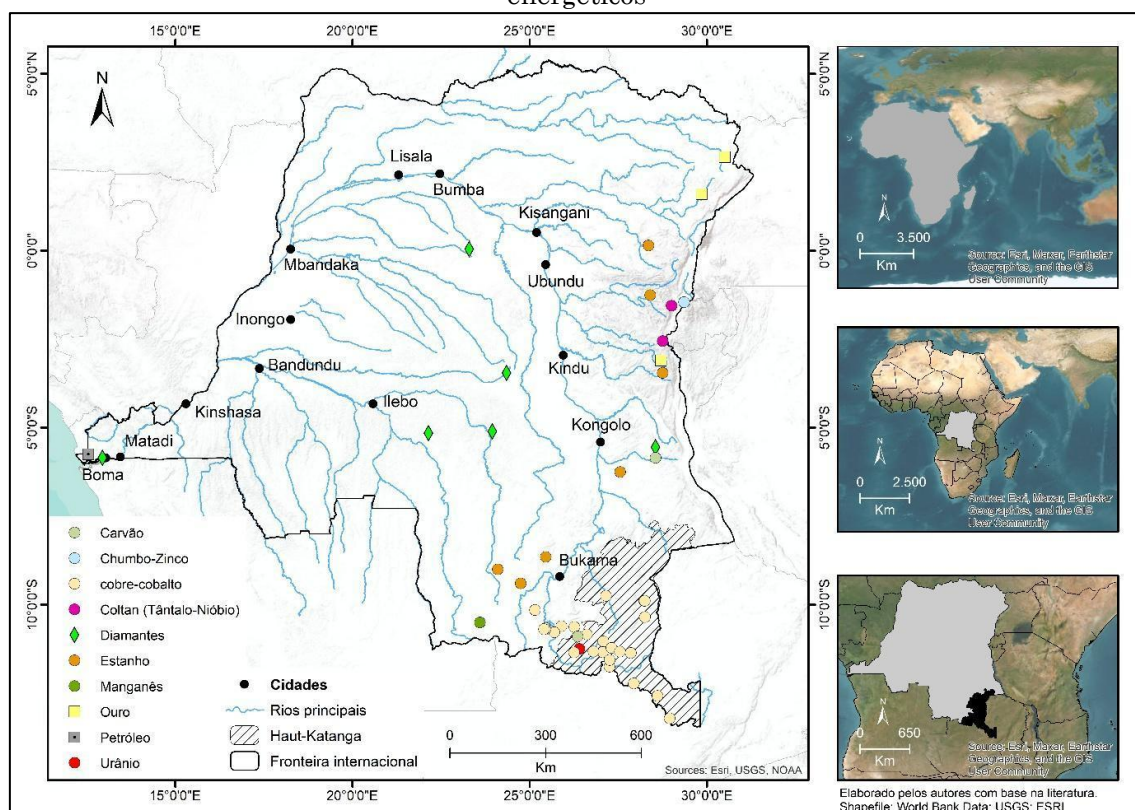
³Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil. rteixeira@pucminas.br

INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC) constitui um dos casos mais expressivos da relação entre riqueza mineral, fragilidade estatal, disputas territoriais e conflitos armados no mundo contemporâneo. O país esteve no centro de sucessivas crises desde a independência da Bélgica, em 1960, quando havia a possibilidade de expansão da Guerra Fria em território africano. Faz fronteira com nove estados africanos, condição que alimentou rivalidades políticas e situações de vulnerabilidade: na década de 1990, por exemplo, as fronteiras com Angola e Ruanda foram pontos de conflito internacional (Meditz; Merrill, 1994). Mais recentemente, o país tem enfrentado confrontos entre as forças governamentais e o grupo rebelde M23, próximos às fronteiras com Ruanda e Uganda, cujo objetivo central é o controle do leste, região extremamente rica em minerais estratégicos (Nebe, 2024).

O território congolês, marcado por expressiva diversidade geológica, ocupa posição estratégica na economia mundial desde o período colonial, em função da exploração de cobre, cobalto, urânio, diamantes, ouro, estanho, tungstênio, tântalo e coltan (Figura 1). Essa centralidade pode ser dimensionada por dados recentes da indústria mineral: em 2022, o país respondeu por 73% da produção mundial de cobalto minerado, 45% da produção de tântalo, 11% do cobre minerado, 8% dos diamantes, 7% do cobre refinado, 6% do estanho e 1% do ouro, além de concentrar cerca de 55% das reservas mundiais de cobalto (Yager, 2025). Contudo, essa centralidade não se traduziu historicamente em estabilidade política, justiça social ou soberania econômica plena; ao contrário, esteve frequentemente associada a dependência externa, intervenção estrangeira, violência territorial e apropriação desigual da renda mineral (Gibbs, 1991; Le Billon, 2001; Nest, 2011).

Figura 1 – República Democrática do Congo: distribuição dos principais recursos minerais e energéticos



Fonte: Os autores (2026). Bases cartográficas: World Bank Data (2026); USGS (2026); ESRI (2026).

O ponto de partida adotado neste artigo é o cerco de Jadotville, episódio ocorrido em setembro de 1961, durante a crise congoleza e a secessão de Katanga, quando soldados irlandeses enviados pela Organização das

Nações Unidas (ONU) foram cercados por gendarmes katangueses e mercenários europeus na cidade de Jadotville, atual Likasi. O episódio, que envolveu a Companhia A do 35º Batalhão do Exército irlandês sob o comando do Comandante

Pat Quinlan, encontra-se documentado em detalhe por Power (2005), Whelan (2006) e Doyle e Quinlan (2006), e ocorreu no contexto da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), criada em 1960. Sua dramatização no filme *The Siege of Jadotville*, dirigido por Richie Smyth e lançado em 2016, é aqui mobilizada como recurso problematizador, e não como fonte histórica principal.

Jadotville pode ser interpretada como imagem-síntese da relação entre soberania territorial, intervenção internacional e disputa pelo controle do subsolo, permitindo articular um evento localizado a uma conjuntura mais ampla: a crise de Katanga, os interesses das empresas mineradoras, a atuação da ONU, a Guerra Fria e a permanência de estruturas econômicas coloniais após a independência. A hipótese orientadora é que os recursos minerais não explicam, isoladamente, os conflitos congolese, mas participam de sua sustentação econômica, de sua internacionalização e de sua permanência territorial. Essa formulação evita a leitura determinista segundo a qual os minerais causariam a guerra: o que se busca demonstrar é que, em contextos de fragilidade institucional, fronteiras porosas e dependência externa, os recursos minerais podem financiar atores armados, atrair interesses estrangeiros e prolongar ciclos de violência (Le Billon, 2001; Autesserre, 2010; Nest, 2011).

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar a relação entre recursos minerais, soberania territorial e conflitos armados na República Democrática do Congo, desde a crise de Katanga até as disputas contemporâneas em torno dos minerais críticos. De modo específico, busca-se contextualizar a crise de Katanga na formação do Estado congolês pós-independência; discutir como a mineração participa da economia política dos conflitos, considerando grupos armados, mineração artesanal, contrabando e cadeias globais de valor; e problematizar a centralidade contemporânea do país na geopolítica dos minerais críticos, diante da transição energética, dos direitos humanos e dos limites da soberania mineral em contextos de dependência externa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e interpretativo. A revisão bibliográfica foi orientada por autores que discutem a economia política dos recursos naturais, os conflitos armados na RDC, a geopolítica mineral e a

governança territorial. Essas obras foram mobilizadas para evitar uma interpretação determinista dos conflitos congolese e para sustentar a compreensão de que os recursos minerais operam em articulação com fatores coloniais, políticos, institucionais, regionais, fundiários e sociais.

A pesquisa documental baseou-se em relatórios técnicos e institucionais produzidos pelo U. S. Geological Survey, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pela *African Union*, pelo *African Minerals Development Centre*, pelo *African Peer Review Mechanism*, pelo ISS Africa e pelo *Business & Human Rights Resource Centre*. Esses documentos permitiram atualizar a análise sobre produção mineral, reservas, cadeias globais de valor, mineração artesanal, mecanismos de rastreabilidade, direitos humanos e acordos envolvendo minerais e segurança. Foram ainda considerados dados quantitativos secundários sistematizados por Yager (2025) no *2022 Minerals Yearbook: Congo (Kinshasa)*, empregados de forma complementar à análise qualitativa.

A análise foi organizada em três eixos interpretativos. O primeiro examina a crise de Katanga e o episódio de Jadotville como expressão histórica da relação entre mineração, soberania e intervenção externa. O segundo discute a economia política dos conflitos minerais, com ênfase na mineração artesanal, nos grupos armados e na governança territorial. O terceiro analisa a inserção contemporânea do país nas cadeias globais de minerais críticos, em função da transição energética e dos debates sobre direitos humanos e justiça territorial.

A CRISE DE KATANGA E A MINERAÇÃO NO CONGO PÓS-INDEPENDÊNCIA

A independência do Congo Belga, proclamada em 30 de junho de 1960, ocorreu em contexto de extrema fragilidade institucional. Segundo O'Ballance (2000), o processo foi repentino e inesperado, e o país não estava preparado para se tornar um Estado independente, sobretudo porque a 'africanização' das estruturas de poder, administração e economia havia sido tardia — os belgas restringiram o debate político até os anos finais do período colonial, de modo que os movimentos de independência surgiram abruptamente, sem tempo para consolidar lideranças experientes (Meditz; Merrill, 1994). O novo Estado herdou um território vasto, profundamente desigual e organizado segundo

interesses coloniais voltados à extração mineral. Poucos dias após a independência, a província de Katanga, liderada por Moïse Tshombe, declarou sua separação. Essa secessão não pode ser compreendida apenas como movimento regionalista: Katanga era uma das regiões mineradoras mais importantes do país, historicamente associada à exploração de cobre, cobalto, zinco e urânio (Gibbs, 1991; 1993).

A base material dessa centralidade foi construída ainda no período colonial. A maior parte dos recursos minerais conhecidos da RDC está associada a rochas pré-cambrianas distribuídas ao redor da Bacia do Congo, e muitos desses depósitos foram identificados entre 1920 e 1960, por meio de reconhecimento geológico e bateamento aluvionar nos rios que drenavam esses terrenos (GF CONSULT, 2015). No início do século XX, o território foi organizado em grandes domínios de concessão controlados por poucos atores coloniais e empresariais: em Katanga, o *Comité Spécial du Katanga* concedeu direitos sobre parte expressiva do cinturão cuprífero à *Union Minière du Haut-Katanga*, fundada em 1906, e mais de um terço do território foi entregue em concessão exclusiva à *Société Internationale Forestière et Minière du Congo* (GF CONSULT, 2015). A geografia mineral contemporânea do país não pode, assim, ser dissociada da história colonial da pesquisa geológica e da formação de enclaves extrativos.

A literatura especializada destaca que a crise congoleza foi fortemente atravessada por interesses econômicos ligados à mineração. Gibbs (1991) analisou-a sob a ótica da economia política da intervenção externa, argumentando que os interesses minerais e comerciais ocidentais tiveram peso relevante na dinâmica do conflito; em estudo posterior, discutiu a atuação da ONU e de Dag Hammarskjöld, observando que a secessão de Katanga foi um dos pontos centrais da instabilidade política entre 1960 e 1961 (Gibbs, 1993). A mineração estruturava o território katanguês por meio de cidades, ferrovias, infraestrutura energética e redes de exportação, organizadas para atender às demandas externas de matérias-primas e não para promover integração territorial equilibrada. Nesse sentido, a secessão pode ser lida como tentativa de preservar uma ordem econômica colonial em um momento de reorganização da soberania política africana.

A dimensão estratégica desse complexo mineral ultrapassava o cobre. As minas de Shinkolobwe forneceram o urânio de teor excepcionalmente elevado empregado no Projeto Manhattan, o que ajuda a explicar por que as potências ocidentais passaram a tratar o controle do subsolo katanguês como interesse de

segurança de primeira ordem (Williams, 2021). O assassinato de Patrice Lumumba, primeiro-ministro do Congo independente, em 1961, aprofundou o caráter internacional da crise. Lumumba defendia a unidade territorial do país e buscava afirmar a soberania congoleza diante dos interesses belgas e das pressões da Guerra Fria. A documentação histórica recente mostra que essa internacionalização não foi apenas diplomática: a Agência Central de Inteligência (CIA) esteve diretamente envolvida em operações secretas voltadas à remoção de Lumumba, inclusive um plano de envenenamento (Williams, 2021). Sua deposição e morte tornaram-se marco da violência política pós-colonial africana, e a questão mineral não foi elemento secundário, mas dimensão material da disputa pelo controle do Estado e das redes de exportação.

Allen Dulles, diretor da CIA no governo Eisenhower, afirmou que os Estados Unidos não podiam perder o Congo Belga para a União Soviética. Larry Devlin, chefe da estação da CIA no país, registrou em suas memórias que o controle soviético no Congo "daria à União Soviética quase o monopólio da produção de cobalto, um mineral essencial usado em mísseis e em muitos outros sistemas de armas" (Devlin, 2007, p. 53), o que colocaria o programa de armas estadunidense em desvantagem. O cobalto sempre representou mineral estratégico de grande valor para as potências; no entanto, acredita-se que o interesse principal dos Estados Unidos fosse o urânio de Shinkolobwe, embarcado sob a designação de 'Cobalto Especial' (Teixeira, 2006; Williams, 2021). Jadotville deve, portanto, ser situada nesse quadro mais amplo: o cerco aos soldados irlandeses não foi episódio isolado de confronto militar, mas ocorreu em uma província cuja importância econômica tornava a disputa política especialmente sensível e onde se cruzavam mineração, soberania, intervenção internacional e interesses empresariais.

RECURSOS MINERAIS E ECONOMIA POLÍTICA DOS CONFLITOS

A relação entre recursos naturais e conflitos armados tem sido amplamente debatida na geografia política e na economia política internacional. Le Billon (2001) argumenta que os conflitos envolvendo recursos naturais devem ser analisados a partir da localização, da forma de exploração, da possibilidade de saque, das redes comerciais e das relações de poder que estruturam a economia política da guerra. O

conceito de "minerais de conflito" — que designa minerais cuja exploração contribui para violações de direitos humanos e para o financiamento de atividades criminosas em zonas de risco (Dikamona, 2025) — é particularmente útil ao caso congolês, pois desloca a explicação do simples fato de haver minerais para a forma como são apropriados, comercializados e convertidos em poder político ou militar.

A expressão "maldição dos recursos" deve, por sua vez, ser empregada com cautela. A abundância mineral não condena automaticamente um país à guerra ou à pobreza: o problema central está nas formas históricas de exploração, na dependência externa, na debilidade das instituições públicas, na corrupção, no contrabando, na presença de grupos armados e na inserção subordinada nas cadeias globais de valor (Le Billion, 2001; Nest, 2011). Essa interpretação pode ser ampliada pela chave da governança dos recursos naturais, que articula governança, desenvolvimento, paz e segurança à tributação, aos fluxos financeiros ilícitos e à capacidade estatal de converter recursos naturais em desenvolvimento social (African Peer Review Mechanism, 2025). Para o caso congolês, essa abordagem é relevante porque desloca a análise da mera disponibilidade mineral para as instituições, os mecanismos de fiscalização e a gestão das receitas que condicionam a apropriação da renda mineral.

A dimensão econômica reforça essa leitura. O setor mineral representou aproximadamente 19,6% do Produto Interno Bruto (PIB) real da RDC em 2021, enquanto mineração e processamento mineral responderam por 46,9% do crescimento do PIB naquele ano (Yager, 2025). A mineração não é, portanto, apenas uma atividade setorial, mas eixo estruturante da economia nacional, com forte capacidade de influenciar receitas públicas, investimentos, relações de trabalho e disputas territoriais. Ainda assim, Autesserre (2010) chama atenção para a importância das dinâmicas locais de violência, que envolvem disputas fundiárias, tensões comunitárias, conflitos por autoridade local, deslocamentos populacionais e questões de cidadania. Essa leitura é fundamental para que a análise dos recursos minerais não se torne simplista.

No leste do país, minerais como ouro, cassiterita, wolframita e coltan passaram a ser associados ao financiamento de grupos armados, especialmente em contextos de mineração artesanal e em cadeias comerciais pouco transparentes. Nest (2011) demonstra que o coltan se tornou símbolo internacional dos

"minerais de conflito", embora ressalte a necessidade de evitar generalizações que criminalizem toda a produção mineral congoleza. A indústria do cobalto, por sua vez, tem sido frequentemente associada a violações de direitos humanos, uma vez que esse mineral é muitas vezes extraído por mineração artesanal, inclusive com trabalho infantil; mesmo detendo parcela significativa da riqueza mineral mundial, a sociedade congoleza vê poucos benefícios, já que grande parte da exploração e do comércio é controlada por grupos armados e por interesses estrangeiros (Panzi Foundation, 2024). Trabalhos de investigação de campo descrevem como milícias e unidades militares dissidentes passaram a controlar minas artesanais de coltan, estanho, ouro e diamantes nos Kivus e em Ituri, em cenário moldado pelos desdobramentos regionais do genocídio ruandês de 1994, conectando a violência local às cadeias globais da eletrônica (Eichtaedt, 2011).

Essa distinção é essencial, pois a mineração artesanal representa, em muitos contextos, uma das poucas alternativas econômicas disponíveis para populações empobrecidas. Sua escala social é expressiva: em 2022, estimava-se que até dois milhões de pessoas atuassem como mineradores artesanais no país, sendo entre 150 mil e 200 mil vinculados ao cobalto e ao cobre, mais de 270 mil ao ouro, 95 mil ao estanho, 26 mil ao nióbio e tântalo, 7,7 mil ao tungstênio e cerca de duas mil à turmalina (Yager, 2025). O problema não é a mineração artesanal em si, mas sua captura por redes armadas, intermediários ilegais, autoridades corruptas e compradores internacionais que se beneficiam da baixa rastreabilidade. Foi para enfrentar esse quadro que a OCDE elaborou diretrizes de devida diligência destinadas a orientar empresas que comprem minerais provenientes de áreas afetadas por conflitos ou de alto risco (OCDE, 2016).

Os recursos minerais devem, assim, ser compreendidos como parte de uma rede multiescalar. Na escala local, envolvem trabalhadores, comunidades, chefias, milícias e autoridades territoriais; na regional, conectam minas, rotas de transporte, fronteiras e países vizinhos; na global, integram-se às cadeias produtivas das indústrias eletrônica, automotiva, energética e militar. A questão mineral congoleza é, nesse sentido, também um problema de governança territorial: a governança efetiva dos recursos naturais depende da criação de um ambiente institucional adequado, da otimização do valor gerado pelo setor e da gestão pública das receitas (African Peer Review Mechanism,

2025). Quando esses elementos são frágeis, a abundância mineral tende a alimentar captura política, corrupção, informalidade, contrabando e financiamento de redes armadas ou clientelistas.

DA GUERRA FRIA À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: A ATUALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA MINERAL

A geopolítica mineral congoleza não se limita ao passado colonial nem à Guerra Fria: permanece atualizada no século XXI pela crescente demanda por minerais críticos. Se, nos anos 1960, o cobre, o cobalto e o urânio estavam relacionados à indústria pesada, à energia nuclear e à competição entre blocos, atualmente o cobalto, o cobre, o tântalo, o estanho e o tungstênio estão ligados à eletrificação dos transportes, às baterias, aos equipamentos eletrônicos e às tecnologias digitais, em um cenário de demanda impulsionada por veículos elétricos, armazenamento de energia e energias renováveis (International Energy Agency, 2024; 2025). Nesse contexto, a África ocupa posição estratégica, e a estratégia africana para os minerais verdes defende que o continente supere a exportação de matérias-primas brutas e construa cadeias integradas de beneficiamento, industrialização regional, agregação de valor e desenvolvimento de capacidades locais (African Union; African Minerals Development Centre, 2024).

No caso congolês, essa centralidade está diretamente relacionada ao binômio cobre-cobalto. Em 2022, a produção de cobre minerado aumentou de 1,77 milhão para 2,47 milhões de toneladas, a de cobre refinado passou de 1,46 milhão para 1,9 milhão de toneladas e a de cobalto minerado subiu de 118 mil para 144 mil toneladas (Yager, 2025). Há sinais de avanço parcial no processamento interno: 77% da produção de cobre foi refinada antes da exportação e outros 6% foram fundidos no país, enquanto o cobalto foi exportado após processamento em produtos intermediários, como carbonato e hidróxido. Em contraste, a maior parte da produção de diamantes, nióbio, tântalo, estanho e tungstênio continuou sendo exportada antes de etapas de processamento a jusante (Yager, 2025), de modo que a agregação de valor permanece desigual entre os segmentos minerais.

O cobalto é particularmente emblemático. Sua importância para baterias de íons de lítio tornou a RDC peça-chave da economia dos veículos elétricos e dos dispositivos eletrônicos,

e estudos recentes sobre as cadeias de fornecimento no país discutem riscos ambientais, sociais e econômicos associados à mineração artesanal e de pequena escala, apontando a necessidade de rastreabilidade e de responsabilidade corporativa (Cao *et al.*, 2024). Para a RDC, isso significa que a soberania mineral não depende apenas do controle formal das jazidas, mas da capacidade de converter cobre, cobalto e coltan em desenvolvimento produtivo, arrecadação pública, emprego qualificado e justiça territorial (African Union; African Minerals Development Centre, 2024). Cria-se, assim, uma contradição central: o país é indispensável à economia global de baixo carbono, mas parte significativa de sua população permanece submetida à pobreza, à violência, à precariedade do trabalho e à degradação ambiental.

A passagem de Jadotville à geopolítica contemporânea dos minerais críticos revela, portanto, uma permanência estrutural. Os minerais mudam de função estratégica, os atores internacionais se reconfiguram e as tecnologias se transformam, mas o subsolo congolês continua integrado a disputas externas. Essa constatação permite problematizar a própria ideia de transição energética: a substituição de combustíveis fósseis por tecnologias de baixo carbono não elimina automaticamente as desigualdades socioambientais e, em muitos casos, apenas desloca os impactos da economia global para os territórios produtores. A expansão da mineração crítica na RDC tem sido associada a denúncias de exploração laboral, degradação ambiental, deslocamentos comunitários e violações de direitos humanos; em 2024, foram registradas 45 alegações de abusos vinculadas à mineração de minerais críticos na África, com minas de cobalto e cobre congolezas representando quase metade desse total (Bhrc Africa Team, 2026).

CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS NO LESTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Os conflitos contemporâneos concentram-se especialmente nas províncias de Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri, região que combina fronteiras porosas, presença de numerosos grupos armados, disputas fundiárias, tensões comunitárias, deslocamentos populacionais e exploração de minerais de alto valor. A literatura ressalta que a violência não pode ser explicada exclusivamente pela mineração, mas que a economia mineral constitui dimensão

decisiva para a persistência dos conflitos (Vlassenroot; Raeymaekers, 2004; Autesserre, 2010). Vlassenroot e Raeymaekers (2004) destacam a sobreposição entre conflito armado, autoridade local, economia informal e redes regionais, permitindo compreender que os conflitos não são apenas confrontos militares, mas também formas de reorganização do poder territorial: em muitos casos, grupos armados controlam minas, cobram impostos ilegais, regulam deslocamentos, capturam rotas comerciais e estabelecem administrações paralelas.

A importância mineral do leste congolês pode ser observada pela diversidade de sítios artesanais mapeados entre 2017 e 2022. Levantamentos do *International Peace Information Service* (IPIS) citados por Yager (2025) indicaram, nas províncias de Ituri, antigo Katanga, Maniema, Kivu do Norte e Kivu do Sul, pelo menos 1.230 minas de ouro, 620 de cassiterita, 258 de nióbio e tântalo, 61 de wolframita, 37 de diamantes e nove de turmalina. Dados recentes permitem ainda quantificar a interferência armada: em levantamento realizado pelo IPIS em 354 sítios minerários ativos entre setembro de 2021 e março de 2022, grupos armados interferiam em pelo menos 41% dos locais analisados, principalmente por meio da taxaço ilegal de mineradores, com maior frequência nas minas de ouro do que nos sítios de nióbio, tântalo, estanho e tungstênio; entre os atores identificados estavam unidades militares congolenses, forças policiais e grupos armados locais (Yager, 2025). A violência não é, portanto, externa à economia mineral, mas participa de sua regulação prática em territórios de baixa presença estatal.

O ouro evidencia de modo particular essa conexão entre mineração artesanal, informalidade e economia de guerra. Sua produção artesanal ocorre em Ituri, Maniema, Kivu do Norte, Kivu do Sul e Tanganyika, foi estimada em cerca de 20 mil quilogramas por ano e tem a maior parte das exportações não declarada (Yager, 2025), o que explica sua atratividade para redes armadas, intermediários ilegais e circuitos transfronteiriços de comércio. Relatórios do Grupo de Especialistas das Nações Unidas documentam, de forma recorrente, a relação entre grupos armados, comércio de minerais e instabilidade regional: o relatório S/2024/432 registrou a continuidade dos confrontos envolvendo o M23, as Forças Armadas da RDC e atores regionais, além da importância das redes econômicas ilegais no financiamento da guerra (United Nations Security Council, 2024).

A discussão contemporânea deve incorporar ainda o debate sobre os chamados acordos de "minerais por segurança". Verelst, Abdullahi e Chepseba (2026) argumentam que esse tipo de barganha, ao trocar acesso preferencial a recursos minerais por promessas de apoio à segurança ou estabilização, tende a reproduzir dependências assimétricas, enfraquecer a soberania sobre os recursos naturais e oferecer poucas garantias efetivas para resolver os motores estruturais dos conflitos. Um exemplo concreto dessa lógica é o acordo de paz assinado em junho de 2025 entre a República Democrática do Congo e a República de Ruanda, mediado pelos Estados Unidos, que associa o desengajamento dos grupos armados a um "Quadro de Integração Econômica Regional" voltado a articular as cadeias de suprimento de minerais críticos dos dois países, da mina ao metal processado, em parceria com o governo e investidores norte-americanos (United States Department of State, 2025). Sob perspectiva crítica, o arranjo pode ser lido como forma de fortalecer a posição econômica norte-americana enquanto um tratado de paz é estabelecido, de modo que a RDC seja percebida sobretudo como local de extração, e não como território habitado por pessoas cujos minerais deveriam sustentar seu próprio desenvolvimento (Verelst *et al.*, 2026).

Essa crítica atualiza, em chave contemporânea, a problemática aberta pelo caso Jadotville. Nos anos 1960, a crise de Katanga revelava a articulação entre secessão territorial, interesses empresariais, intervenção internacional e controle de minerais estratégicos; no século XXI, a linguagem da estabilização e da transição energética pode desempenhar função semelhante, legitimando novas formas de acesso privilegiado ao subsolo congolês sem enfrentar as causas políticas, sociais e territoriais da violência. As diretrizes da OCDE sobre devida diligência foram criadas justamente para enfrentar esse problema, propondo que as empresas identifiquem riscos, auditem fornecedores e evitem contribuir para conflitos e violações de direitos humanos em áreas de alto risco (OCDE, 2016). Esse esforço regulatório aparece também no *International Tin Supply Chain Initiative* (iTSCI), mecanismo iniciado em 2011 pelo antigo governo provincial de Katanga e pelo *International Tin Research Institute*, que no quarto trimestre de 2022 cobria 401 sítios minerários no antigo Katanga, 509 em Maniema, 267 em Kivu do Sul e 218 em Kivu do Norte (Yager, 2025). Tais mecanismos submetem os minerais 3T — estanho, tântalo e tungstênio — a controles internacionais, mas revelam a dificuldade de regular cadeias

dispersas e informais, mostrando-se necessários, porém insuficientes sem fortalecimento institucional, proteção às comunidades e combate ao contrabando transfronteiriço.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA TERRITORIAL NA MINERAÇÃO CRÍTICA

A expressão "minerais verdes" pode sugerir que esses recursos são automaticamente sustentáveis por estarem associados a tecnologias de baixo carbono. No entanto, um mineral utilizado em baterias, veículos elétricos ou redes de energia pode estar associado, em seu território de origem, a conflitos fundiários, contaminação ambiental, precarização do trabalho e deslocamento de comunidades. Comunidades localizadas em áreas de mineração crítica frequentemente suportam os custos ambientais e sociais da extração, enquanto os benefícios econômicos se deslocam para empresas, intermediários, elites políticas e mercados externos, em um cenário no qual a geopolítica da paz, da segurança e do acesso mineral está cada vez mais interligada na região dos Grandes Lagos (Bhrc Africa Team, 2026).

A pergunta central não é apenas se o mundo precisa de cobalto, cobre, lítio ou coltan para descarbonizar suas economias, mas em que condições esses minerais são extraídos, quem se beneficia de sua comercialização e quais direitos são assegurados às populações afetadas. Sem governança pública efetiva, consulta comunitária, compensação justa, rastreabilidade e mecanismos de reparação, a transição energética corre o risco de reproduzir formas antigas de extrativismo sob nova justificativa ambiental. A estrutura produtiva congoleza exige, ademais, cautela analítica: em 2022, a Gécamines participava de operações de cobre e cobalto com participações minoritárias entre 5% e 49%, grandes minas de ouro eram controladas por empresas privadas e os mineradores artesanais respondiam pela maior parte da produção de diamantes, gemas, nióbio, tântalo e tungstênio (Yager, 2025). Os impactos sociais e as possibilidades de regulação variam substancialmente entre esses segmentos, e a soberania mineral deve ser compreendida como mais do que controle jurídico sobre jazidas: ela envolve capacidade estatal de regular contratos, fiscalizar empresas, proteger trabalhadores, garantir direitos comunitários, combater fluxos ilícitos e internalizar etapas produtivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre recursos minerais e conflitos armados na República Democrática do Congo permite compreender uma das contradições centrais da geopolítica contemporânea: a coexistência entre abundância mineral e vulnerabilidade socioespacial. Desde a crise de Katanga até os conflitos contemporâneos no leste do país, os recursos minerais aparecem como elementos estratégicos na disputa pelo território, na intervenção externa, na formação de economias de guerra e na inserção subordinada do país nas cadeias globais de valor.

Retomando a hipótese inicial, confirma-se que os minerais não causam, por si sós, os conflitos congolezes. A violência no país possui múltiplas raízes — coloniais, políticas, regionais, fundiárias, étnico-territoriais e institucionais —, mas os recursos minerais financiam, prolongam, reorganizam e internacionalizam esses conflitos, transformando disputas locais em problemas regionais e globais que conectam minas artesanais, grupos armados, empresas intermediárias, países vizinhos, indústrias tecnológicas e consumidores finais. O episódio de Jadotville cumpre, nesse percurso, função analítica: permite entrar no debate sobre Katanga, a ONU e a fragilidade da soberania congoleza no período imediatamente posterior à independência e, a partir daí, conectar a crise de 1960-1963 à geopolítica atual dos minerais críticos.

Os dados reunidos reforçam a posição excepcional do país na economia mineral global: participação majoritária na produção mundial de cobalto, forte presença no mercado de tântalo, dependência econômica da mineração e elevada participação de trabalhadores artesanais. Ao mesmo tempo, a interferência de grupos armados em sítios artesanais e a persistência de exportações não declaradas demonstram que essa centralidade permanece atravessada por problemas de governança, violência territorial e baixa capacidade de controle estatal. A transição energética recoloca a RDC no centro da geopolítica mundial, mas não garante justiça territorial e pode inclusive intensificar antigas formas de extrativismo sem mecanismos efetivos de governança, rastreabilidade e distribuição de renda.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se aprofundar a análise em escala local dos territórios mineradores, articulando trabalho de campo, cartografia e séries históricas de produção e exportação, de modo a examinar

empiricamente a relação entre presença estatal, controle armado e desempenho dos mecanismos de rastreabilidade. De Jadotville à disputa atual pelos minerais críticos, a República Democrática do Congo permanece território-chave para compreender a relação entre subsolo, soberania e poder, revelando que a geopolítica dos recursos naturais deve ser analisada não apenas sob a perspectiva da segurança energética dos países consumidores, mas também sob a ótica da justiça social, ambiental e territorial nos países produtores.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN PEER REVIEW MECHANISM. **Africa Governance Report 2025**: natural resource governance in Africa. Midrand: APRM, 2025. Disponível em: <https://aprm.au.int/sites/default/files/files/2025-09/consolidatedagr25-digital-22-sept-25.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- AFRICAN UNION; AFRICAN MINERALS DEVELOPMENT CENTRE. **Africa's Green Minerals Strategy**: African Union's mineral resources strategy for the just transition and decarbonising future. Addis Ababa: African Union, 2024. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/44539-doc-AGMS_Final_doc.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.
- AUTESSEERRE, S. **The trouble with the Congo**: local violence and the failure of international peacebuilding. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511761034>
- BHRC AFRICA TEAM. Critical minerals, critical rights: the energy transition must change course in the DRC. **Business & Human Rights Resource Centre**, London, 14 abr. 2026. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/blog/critical-minerals-critical-rights-the-energy-transition-must-change-course-in-the-drc/>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- CAO, X.; SHARMINA, M.; CUÉLLAR-FRANCA R. Sourcing cobalt in the Democratic Republic of the Congo: implications for responsible supply chains. **Resources Policy**, v. 89, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2024.105149>
- DEVLIN, L. **Chief of Station, Congo**: a memoir of 1960-67. New York: PublicAffairs, 2007.
- DIKAMONA, C. **M23, Kigali, minerals**: the hidden war for Congo's wealth. Nofi, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.nofi.media/en/2025/07/m23-kigali-mineralsthe-hidden-war-f/96295>. Acesso em: 9 jul. 2026.
- DOYLE, R.; QUINLAN, L. **Heroes of Jadotville**: the soldiers' story. Dublin: New Island, 2006.
- EICHSTAEDT, P. **Consuming the Congo**: war and conflict minerals in the world's deadliest place. Chicago: Lawrence Hill Books, 2011.
- ESRI – ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. **ArcGIS Online Geographic Information System Data**. Redlands: ESRI, 2026. Disponível em: <https://www.esri.com>. Acesso em: 5 ago. 2026.
- GF CONSULT. **D.R. Congo**: mining of vast historical exploration databases may reveal new mineral resources. [S. l.]: GF Consult bvba, 2015. Disponível em: https://www.gfconsult.be/wp-content/uploads/2018/02/2_D.R.C._MINING-OF-VAST-HISTORICAL-EXPLORATION-DATABASES-MAY-REVEAL-NEW-MINERAL-RESOURCES_JNE15.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.
- GIBBS, D. N. **The political economy of Third World intervention**: mines, money, and U.S. policy in the Congo crisis. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- GIBBS, D. N. Dag Hammarskjöld, the United Nations, and the Congo Crisis of 1960-1: a reinterpretation. **The Journal of Modern African Studies**, v. 31, n. 1, p. 163-174, 1993. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00011861>
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Global Critical Minerals Outlook 2024**. Paris: IEA, 2024. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ee01701d-1d5c-4ba8-9df6-abeeac9de99a/GlobalCriticalMineralsOutlook2024.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Global Critical Minerals Outlook 2025**. Paris: IEA, 2025. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ef5e9b70-3374-4caa-ba9d-19c72253bfc4/GlobalCriticalMineralsOutlook2025.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, v. 20, n. 5, p. 561-584, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(01\)00015-4](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(01)00015-4)
- MEDITZ, S. W.; MERRILL, T. (ed.). **Zaire**: a country study. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress, 1994. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/94025092/>. Acesso em: 22 jul. 2026.
- NEBE, C. **RDC**: porque é que o cessar-fogo não está a resultar? Deutsche Welle, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/conflito-na-rdc-porque-%C3%A9-que-o-cessar-fogo-n%C3%A3o-est%C3%A1-a-resultar/a-70062640>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- NEST, M. **Coltan**. Cambridge: Polity Press, 2011.
- O'BALLANCE, E. **The Congo-Zaire experience, 1960-98**. New York: Palgrave Macmillan, 2000. <https://doi.org/10.1057/9780230286481>

- OCDE - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Due diligence guidance for responsible supply chains of minerals from conflict-affected and high-risk areas**. 3. ed. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264252479-en>
- PANZI FOUNDATION. **Conflict minerals in the DRC**. 2024. Disponível em: <https://panzifoundation.org/conflict-minerals-and-sexual-violence-in-the-drc/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- POWER, D. **Siege at Jadotville: the Irish Army's forgotten battle**. Dublin: Maverick House, 2005.
- TEIXEIRA, R. C. Congo: no coração da África o dilema entre independência e ditadura. **Conjuntura Internacional**, v. 4, n. 1, 2006.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo**. New York: United Nations, 2024. (Document S/2024/432). Disponível em: <https://docs.un.org/en/s/2024/432>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Peace agreement between the Democratic Republic of the Congo and the Republic of Rwanda**. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/peace-agreement-between-the-democratic-republic-of-the-congo-and-the-republic-of-rwanda>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). **EarthExplorer spatial data catalog**. Reston: USGS, 2026. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov>. Acesso em: 5 ago. 2026.
- VERELST, B.; ABDULLAHI, S.; CHEPSEBA, V. Why minerals-for-security deals won't save the DRC. **ISS Today**, Pretoria, 22 abr. 2026. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/why-minerals-for-security-deals-won-t-save-the-drc>. Acesso em: 20 maio 2026.
- VLASSENROOT, K.; RAEYMAEKERS, T. (ed.). **Conflict and social transformation in eastern DR Congo**. Gent: Academia Press, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1854/LU-437461>. Acesso em: 25 maio, 2026.
- WHELAN, M. **The Battle of Jadotville: Irish soldiers in combat in the Congo 1961**. Tallaght: South Dublin Libraries, 2006.
- WILLIAMS, S. **White malice: the CIA and the covert recolonization of Africa**. New York: PublicAffairs, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14375/NP.9781787385825>.
- WORLD BANK. **World Bank Open Data: Spatial and Geographic Datasets**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2026. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 5 ago. 2026.
- YAGER, T. R. **The mineral industry of the Democratic Republic of the Congo**. Reston: U.S. Geological Survey, 2025. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/myb/vol3/2022/myb3-2022-congo-kinshasa.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2026.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Luiz Eduardo Panisset Travassos: concepção, coleta de dados, análise de dados, redação.

Ana Carolina Zappa De Carli Meireles Rabello: concepção, coleta de dados, análise de dados, redação.

Rodrigo Corrêa Teixeira: concepção, coleta de dados, análise de dados, redação.

EDITOR ASSOCIADO: Silvio Carlos Rodrigues. 

DISPONIBILIDADE DE DADOS: Os dados que fundamentam os resultados deste estudo poderão ser disponibilizados pelo autor correspondente, mediante solicitação devidamente justificada. [Luiz Eduardo Panisset Travassos].



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.